

SUMÁRIO

Edital sistematizados (para facilitar a pesquisa e otimizar seu estudo).....	31
Capítulo I	
FONTES E INTEGRAÇÃO. PRINCÍPIOS DO PROCESSO DO TRABALHO	37
1. Fontes e integração.....	37
2. Eficácia da Norma Processual no Tempo e no Espaço	39
2.1. Eficácia no tempo.....	39
2.1.1. Eficácia temporal da Lei nº 13.467/17 (Reforma Trabalhista).....	41
2.1.1.1. Honorários Periciais	44
2.1.1.2. Honorários Advocatícios.....	44
2.1.1.3. Recursos	44
2.2. Eficácia no espaço.....	46
3. Princípios	46
3.1. Introdução	46
3.2. Princípios constitucionais do processo	46
3.2.1. Devido processo legal	46
3.2.2. Princípio do juiz natural	48
3.2.3. Princípio da igualdade processual.....	48
3.2.4. Princípio da inafastabilidade da jurisdição	49
3.2.5. Princípio do contraditório e da ampla defesa	49
3.2.6. Princípio da motivação das decisões judiciais	51
3.2.7. Princípio da publicidade.....	52
3.2.7.1. Lei Geral de Proteção de Dados.....	53
3.2.8. Princípio da duração razoável do processo.....	54
3.3. Princípios do Código de Processo Civil	55
3.3.1. Princípio da primazia da decisão de mérito	55
3.3.2. Princípio da cooperação.....	57
3.3.3. Princípio da boa-fé	58
3.4. Outros princípios processuais.....	59
3.4.1. Princípio dispositivo	59
3.4.2. Princípio inquisitivo	59
3.4.3. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	60
3.4.4. Princípio da instrumentalidade das formas.....	61
3.4.5. Princípio da preclusão	61
3.5. Princípios do processo do trabalho	62
3.5.1. Princípio da proteção	62
3.5.2. Princípio da conciliação	63
3.5.3. Princípio do <i>jus postulandi</i>	63
3.5.4. Princípio da oralidade	64
3.5.5. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias ...	64
3.5.6. Princípio da extrapetição	65

3.5.7. Princípio da simplicidade	66
4. Questões dissertativas	66

Capítulo II

ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO	69
1. Introdução	69
2. Tribunal Superior do Trabalho	70
2.1. Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho	72
3. Tribunais Regionais do Trabalho	73
4. Juízes do trabalho	76
5. Ingresso na carreira	76
6. Garantias dos juízes	77
7. Vedações dos juízes	78
8. Deveres e poderes dos Juízes	78
9. Juízo 100% Digital	79
10. Serviços auxiliares da Justiça do Trabalho	81
10.1. Secretarias das varas do trabalho	81
10.2. Secretarias dos tribunais	83
10.3. Serviços de distribuição de feitos	83
10.4. Oficiais de justiça avaliadores	85
11. Questões dissertativas	86

Questões

CAPÍTULOS I E II	89
1. Questões com gabarito comentado	89

Capítulo III

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	95
1. Ministério público: Conceito	95
2. Organização	95
3. Ministério Público do Trabalho	96
4. Princípios institucionais	98
4.1. Unidade	98
4.2. Indivisibilidade	99
4.3. Independência funcional	99
4.4. Promotor natural	99
5. Atribuições do ministério público do trabalho	99
6. Interesses e direitos metaindividuais tutelados pelo ministério público	101
7. Questões dissertativas	102

Capítulo IV

FORMAS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E JURISDIÇÃO	105
1. Formas de solução de conflitos	105
2. Formas consensuais de solução de conflitos (autocomposição)	106
2.1. Mediação e Conciliação	106
2.2. Comissão de Conciliação Prévia	107

2.2.1.	Introdução.....	107
2.2.2.	Composição da Comissão de Conciliação Prévia Criada em Âmbito da Empresa.....	108
2.2.3.	Necessidade de Submeter a Demanda à Comissão de Conciliação Prévia	109
2.2.4.	Consequências da Conciliação Firmada Perante a CCP	109
2.3.	Processo de jurisdição voluntária de homologação de acordo extrajudicial....	111
3.	Arbitragem	112
4.	Jurisdição	113
4.1.	Jurisdição voluntária	113
4.2.	Jurisdição voluntária no processo do trabalho.....	114
4.3.	Procedimento da homologação de acordo extrajudicial.....	114
4.3.1.	Petição conjunta	115
4.3.2.	Representação por advogado.....	115
4.3.3.	Prazo para analisar o acordo extrajudicial	115
4.3.4.	Realização de audiência.....	115
4.3.5.	Sentença.....	116
4.3.6.	Requisitos do acordo extrajudicial.....	117
4.3.6.1.	Transação	117
4.3.6.2.	Observância de prazo para pagamento das verbas rescisórias.....	117
4.3.6.3.	Parcelas alcançadas pelo acordo extrajudicial (quitação geral do contrato de trabalho).....	118
4.3.7.	Suspensão e retorno da contagem do prazo prescricional.....	118
5.	Questões dissertativas e estudos de caso	119

Capítulo V

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	123
1. Competência.....	123
1.1. Introdução.....	123
1.2. Classificação	124
1.2.1. Competência originária e derivada	124
1.2.1.1. Ação acessória	125
1.2.2. Competência exclusiva e competência concorrente.....	125
1.2.3. Competência absoluta e relativa	125
1.2.3.1. Competência absoluta	125
1.2.3.2. Competência relativa	126
1.2.3.3. Diferenças entre a competência absoluta e relativa	128
2. Critérios de modificação da competência.....	128
2.1. Conexão e continência.....	129
3. Competência em razão da matéria e da pessoa.....	130
3.1. Ações oriundas da relação de trabalho.....	132
3.1.1. Relações de consumo.....	133
3.1.2. Honorários advocatícios	133
3.1.3. Ações Penais	134
3.1.4. Representantes Comerciais	135
3.1.5. Motoristas de aplicativo.....	136

3.1.6.	Transportadores autônomos	136
3.2.	Entes de direito público externo	138
3.2.1.	Estados estrangeiros	138
3.2.2.	Organismos ou organizações internacionais	139
3.2.3.	Esquema	140
3.3.	Servidores da administração pública	140
3.3.1.	Relação empregatícia	140
3.3.2.	Relação estatutária	141
3.3.3.	Relação de caráter jurídico-administrativa	142
3.3.4.	Cessão de servidor	142
3.3.5.	Cargo em comissão	143
3.3.6.	Alteração do regime de contratação	144
3.4.	Competência trabalhista perante a greve	144
3.4.1.	Dissídio coletivo de greve de servidor público	146
3.5.	Ações envolvendo sindicatos	147
3.6.	Mandado de segurança, <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i>	149
3.6.1.	Mandado de segurança	149
3.6.2.	<i>Habeas Corpus</i>	150
3.6.3.	<i>Habeas Data</i>	151
3.7.	Ações de indenização por dano moral ou patrimonial	152
3.7.1.	Ação de indenização por danos ocorridos nas fases pré e pós contratual	154
3.8.	Ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização do trabalho	154
3.9.	Execução, de ofício, das contribuições sociais das sentenças que proferir ...	155
3.9.1.	Contribuições previdenciárias decorrentes dos acordos firmados perante a Comissão de Conciliação Prévia	157
3.9.2.	Contribuições de terceiros	157
3.10.	Outras competências da Justiça do Trabalho	158
3.11.	Ações envolvendo o meio ambiente do trabalho	158
3.12.	Competência normativa	159
4.	Competência funcional	160
5.	Competência em razão do lugar (territorial)	161
5.1.	Local da prestação dos serviços	162
5.2.	Agente ou viajante comercial	162
5.3.	Empregado brasileiro que trabalha no exterior	163
5.4.	Empregador que promove a prestação dos serviços fora do lugar da celebração do contrato	163
5.5.	Competência Territorial na Ação Civil Pública	164
5.6.	Foros distritais ou regionais	166
5.7.	Foro de eleição	167
6.	Conflitos de competência	167
7.	Questões dissertativas e estudos de caso	170
8.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	173

Questões

CAPÍTULOS III A V.....	177
1. Questões com gabarito comentado	177
2. Questões de concursos	186
3. Gabarito.....	187

Capítulo VI

PARTES E PROCURADORES NO PROCESSO DO TRABALHO	189
1. Conceito.....	189
2. Capacidade de ser parte	189
3. Capacidade processual	190
3.1. Representação	190
3.1.1. Incapazes	191
3.1.2. Representação das pessoas jurídicas.....	192
3.1.2.1. Representação das autarquias e fundações.....	193
3.1.3. Representação em audiência.....	194
4. Capacidade postulatória e o <i>jus postulandi</i>	197
5. Representação por advogado	199
5.1. Substabelecimento	201
5.2. Condições de validade do mandato e do substabelecimento.....	202
5.3. Mandato tácito.....	203
5.4. Estagiário.....	204
5.5. Atuação momentânea sem o instrumento de mandato	204
5.6. Regularização da representação.....	207
6. Honorários advocatícios.....	209
6.1. Honorários advocatícios sucumbenciais.....	209
7. Benefício da justiça gratuita.....	213
7.1. Conceito.....	213
7.2. Benefício da Justiça gratuita x Assistência Judiciária Gratuita.....	213
7.3. Características do benefício da justiça gratuita	214
7.4. Sujeitos beneficiários.....	216
7.5. Abrangência da gratuidade	217
7.6. Concessão parcial da gratuidade e parcelamento	218
8. Litisconsórcio	219
8.1. Esquema das classificações dos litisconsórcios	223
9. Substituição processual.....	223
10. Sucessão processual	225
11. Deveres das partes e daqueles que participam do processo.....	227
12. Litigância de má-fé	228
12.1. Beneficiário da justiça gratuita.....	229
13. Chamamento à Autoria no Fato do Príncipe.....	230
13.1. Procedimento	231
13.2. Coronavírus e fato do príncipe	232
14. Assédio processual.....	233
15. Questões dissertativas e estudos de caso	234
16. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	237

CAPÍTULO VII

ATOS PROCESSUAIS	243
1. Introdução	243
2. Comunicação dos atos processuais	244
2.1. Formas de citação	245
2.1.1. Notificação postal	245
2.1.2. Notificação por edital	246
2.1.3. Notificação por oficial de justiça	247
2.1.4. Notificação por meio eletrônico	248
2.2. Formas de intimação	249
2.2.1. Intimação pelo diário oficial p. 249	
2.2.2. Intimação postal ou por oficial de justiça	250
2.2.3. Intimação eletrônica	250
2.2.4. Intimação na audiência	251
3. Prazos processuais	251
3.1. Princípios dos prazos processuais	253
3.2. Contagem dos prazos processuais	253
3.2.1. Contagem em dias úteis	255
3.2.2. Início da contagem quando marcada audiência de julgamento	256
3.2.3. Contagem dos prazos no processo eletrônico	257
3.2.4. Interrupção e suspensão	258
3.2.4.1. Recesso forense e o CPC/2015	259
3.3. Prazos diferenciados	260
3.4. Principais prazos processuais	261
4. Despesas processuais	263
4.1. Custas processuais	263
4.1.1. Valor das custas processuais	263
4.1.2. Responsabilidade pelo pagamento das custas	265
4.1.3. Momento do recolhimento das custas	266
4.1.4. Isentos do pagamento das custas	267
4.2. Valor dos emolumentos	268
4.3. Honorários periciais	269
5. Negócio jurídico processual	270
6. Questões dissertativas e estudos de caso	273
7. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST	275

Questões

CAPÍTULOS VI E VII	279
1. Questões com gabarito comentado	279
2. Questões de concursos	288
3. Gabarito	289

Capítulo VIII

NULIDADES PROCESSUAIS	291
1. Vícios processuais: classificação	291
2. Princípios das nulidades processuais	292
2.1. Princípio da transcendência (prejuízo)	292

2.2. Princípio da convalidação ou preclusão	292
2.3. Princípio da economia processual	294
2.4. Princípio do interesse	294
2.5. Princípio da utilidade.....	295
2.6. Princípio da instrumentalidade das formas.....	295
3. Arguição e efeitos da declaração de nulidade	296
4. Quadro resumido	296
5. Questões dissertativas e estudos de caso	297

Capítulo IX

PETIÇÃO INICIAL.....	301
1. Formas de reclamação.....	301
2. Requisitos da petição inicial.....	302
2.1. Valor da causa	303
2.2. Causa de pedir (breve exposição dos fatos).....	303
2.3. Pedido	304
2.3.1. Requisitos do pedido	305
2.3.2. Cumulação de pedidos.....	306
3. Aditamento e emenda da petição inicial.....	309
4. Indeferimento da petição inicial.....	310
4.1. Recurso da decisão que indefere liminarmente a petição inicial.....	311
5. Improcedência liminar do pedido	312
6. Desistência da reclamação.....	314
6.1. Desistência de questão idêntica à resolvida pelo recurso representativo da controvérsia	314
7. Questões dissertativas e estudos de caso	315

Questões

CAPÍTULOS VIII E IX.....	319
1. Questões com gabarito comentado	319

Capítulo X

AUDIÊNCIAS.....	321
1. Generalidades	321
2. Atraso na audiência	324
3. Fracionamento da audiência.....	324
4. Comparecimento das partes.....	325
4.1. Representação do empregador pelo gerente ou preposto	326
4.1.1. Preposto e advogado	327
4.2. Ausência do reclamante	327
4.3. Ausência do reclamado	329
4.3.1. Pessoa jurídica de direito público	331
4.3.2. Presença do advogado em audiência e ausência da reclamada.....	331
5. Suspensão da audiência	334
6. Audiências telepresenciais e por videoconferência	334
6.1. Generalidades.....	334
6.2. Audiência de conciliação e apresentação da contestação.....	338

6.3. Audiência de instrução	339
6.4. Sustentação oral	340
7. Acordo judicial.....	340
8. Questões dissertativas e estudos de caso	344
9. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	345

Capítulo XI

RESPOSTA DO RÉU	347
1. Introdução	347
2. Contestação	349
2.1. Defesas processuais.....	349
2.1.1. Incompetência relativa	350
2.1.2. Perempção	350
2.1.3. Legitimidade.....	351
2.2. Defesas de mérito.....	353
2.2.1. Compensação x dedução x retenção	354
2.3. Princípios.....	356
2.3.1. Princípio da impugnação específica	356
2.3.2. Princípio da eventualidade	356
2.4. Revelia.....	357
2.4.1. Não produção dos efeitos da revelia	358
2.4.2. Presença do advogado em audiência e ausência da reclamada.....	358
3. Exceções	361
3.1. Exceção de impedimento e suspeição	363
3.1.1. Momento de Alegação	365
3.1.2. Procedimento	365
3.2. Exceção de incompetência (relativa)	367
3.2.1. Prazo para apresentação	368
3.2.2. Necessidade de indicação do juízo competente	369
3.2.3. Suspensão do processo.....	369
3.2.4. Contraditório.....	370
3.2.5. Produção de prova oral	370
3.2.6. Decisão da exceção de incompetência	371
3.2.7. Recorribilidade da decisão proferida na exceção	371
3.2.8. Fluxograma	372
4. Reconvenção.....	373
5. Questões dissertativas e estudos de caso	374
6. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	376

Questões

CAPÍTULOS X E XI.....	377
1. Questões com gabarito comentado	377
2. Questões de concurso	382
3. Gabarito	383

Capítulo XII

PROVAS	385
1. Introdução	385

2.	Princípios da prova	386
2.1.	Contraditório e ampla defesa	386
2.2.	Necessidade	388
2.3.	Oralidade.....	388
2.4.	Imediação.....	389
2.5.	Aquisição processual da prova ou comunhão da prova	389
3.	Classificação	390
4.	Ônus da prova.....	391
4.1.	Distribuição do ônus da prova (Teorias estática, dinâmica e convencional)..	392
4.1.1.	Teoria Estática do ônus da prova.....	392
4.1.2.	Teoria dinâmica do ônus da prova	393
4.1.2.1.	Momento de aplicação da teoria dinâmica do ônus da prova.....	394
4.1.2.2.	Fundamentação da decisão.....	394
4.1.2.3.	Prova impossível ou excessivamente difícil	395
4.1.3.	Distribuição convencional do ônus da prova.....	395
4.2.	Casos específicos na jurisprudência do TST	396
4.2.1.	Equiparação salarial	397
4.2.2.	Recebimento da notificação	397
4.2.3.	Vínculo de emprego e término do contrato de trabalho	398
4.2.4.	Horas extraordinárias.....	399
4.2.4.1.	Registro de ponto por exceção	402
4.2.5.	Dispensa discriminatória de portador de doença grave	403
4.2.6.	Vale-transporte	404
4.2.7.	Diferenças no recolhimento do FGTS	405
5.	Prova emprestada.....	406
6.	alteração da ordem de produção dos meios de prova	407
7.	Meios de prova	408
7.1.	Interrogatório e depoimento pessoal.....	409
7.1.1.	Confissão.....	412
7.2.	Prova testemunhal.....	414
7.2.1.	Generalidades.....	414
7.2.2.	Quem pode testemunhar?	414
7.2.3.	Número máximo de testemunhas	416
7.2.4.	Comparecimento das testemunhas em audiência.....	417
7.2.5.	Procedimento.....	417
7.2.6.	Multa aplicada à testemunha.....	419
7.3.	Prova documental	420
7.3.1.	Falsidade de documento	422
7.4.	Prova pericial.....	423
7.5.	Inspeção judicial	428
8.	Provas e a Lei Geral de Proteção De Dados (LGPD).....	428
9.	Encerramento da instrução.....	429
10.	Questões dissertativas e estudos de caso	430
11.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	432

Capítulo XIII

SENTENÇA E COISA JULGADA.....	435
1. Pronunciamentos judiciais.....	435
1.1. Sentença.....	435
1.2. Decisão Interlocutória.....	436
1.3. Despacho.....	437
1.4. Acórdão.....	437
2. Requisitos da sentença.....	437
2.1. Fundamentação.....	439
3. Classificação.....	444
4. Princípio da congruência.....	445
5. Publicação e intimação.....	448
6. Juízo de retratação.....	449
7. Julgamento Antecipado.....	449
7.1. Julgamento Antecipado Total.....	449
7.2. Julgamento Parcial do Mérito.....	449
8. Efeitos anexos da Sentença.....	451
8.1. Hipoteca Judiciária.....	451
9. Coisa Julgada.....	453
10. Questões dissertativas e estudos de caso.....	454

Capítulo XIV

TUTELA PROVISÓRIA.....	457
1. Tutela Provisória.....	457
1.1. Distinção: Tutela de urgência e tutela de evidência.....	458
2. Tutelas de Urgência.....	460
2.1. Requisitos para concessão.....	462
2.2. Formas de requerimento.....	464
2.2.1. Tutela antecipada requerida em caráter antecedente.....	464
2.2.1.1. Estabilização da tutela antecipada.....	465
2.2.2. Tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....	466
3. Tutela de evidência.....	466
3.1. Requisitos para a concessão da tutela de evidência.....	467
4. Momento de concessão e meios de impugnação.....	467
5. Questões dissertativas.....	469

Capítulo XV

PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO E PROCEDIMENTO SUMÁRIO.....	471
1. Procedimento Sumaríssimo.....	471
1.1. Incidência.....	471
1.2. Petição inicial e prazo para apreciação.....	472
1.3. Audiência.....	472
1.4. Sentença.....	473
1.5. Recursos.....	474
1.5.1. Recurso ordinário.....	474
1.5.2. Recurso de revista.....	474
1.5.3. Embargos para a SDI (embargos de divergência).....	475
2. Procedimento Sumário.....	475
3. Procedimento Ordinário.....	477

4. Questões dissertativas e estudos de caso	477
5. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	478
Questões	
CAPÍTULOS XII A XV.....	479
1. Questões com gabarito comentado	479
2. Questões de concursos	484
3. Gabarito.....	484
Capítulo XVI	
RECURSOS TRABALHISTAS	485
1. Teoria geral dos recursos.....	485
1.1. Meios de impugnação.....	485
1.2. Conceito de recurso.....	485
1.3. Classificação	487
1.3.1. Quanto ao objeto imediato do recurso	487
1.3.2. Quanto à fundamentação	487
1.3.3. Quanto à extensão da matéria impugnada	488
1.3.4. Quanto à independência	488
1.3.5. Resumo das classificações.....	491
1.4. Princípios recursais.....	492
1.4.1. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	492
1.4.2. Princípio da taxatividade (tipicidade).....	492
1.4.3. Princípio da unirrecorribilidade (singularidade)	492
1.4.4. Princípio da consumação.....	493
1.4.5. Princípio da fungibilidade (conversibilidade).....	493
1.4.6. Princípio da dialeticidade.....	495
1.4.7. Princípio da voluntariedade.....	497
1.4.8. Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	497
1.4.9. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias	497
1.4.10. Princípio da primazia da decisão de mérito	499
1.5. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	500
1.5.1. Juízo de admissibilidade parcial no recurso de revista	503
1.5.1.1. Omissão no juízo de admissibilidade parcial.....	504
1.5.2. Poderes do relator	505
1.6. Pressupostos recursais	507
1.6.1. Introdução.....	507
1.6.2. Cabimento	508
1.6.3. Legitimidade para recorrer	509
1.6.4. Interesse em recorrer	510
1.6.5. Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer...	510
1.6.5.1. Aceitação da decisão	510
1.6.5.2. Renúncia	510
1.6.5.3. Desistência	511
1.6.6. Tempestividade.....	511
1.6.6.1. Intempestividade	514
1.6.7. Representação	515
1.6.8. Preparo	519
1.6.8.1. Custas processuais.....	520

1.6.8.2.	Depósito recursal	524
1.6.8.2.1.	Generalidades	524
1.6.8.2.2.	Prazo para recolhimento e comprovação	525
1.6.8.2.3.	Depósito em conta vinculada ao juízo	525
1.6.8.2.4.	Correção monetária	526
1.6.8.2.5.	Substituição do depósito em dinheiro por fiança bancária ou seguro garantia judicial	526
1.6.8.2.6.	Valor do depósito recursal	528
1.6.8.2.7.	Redução do valor do depósito recursal pela metade	531
1.6.8.2.8.	Recursos que exigem o depósito recursal	532
1.6.8.2.9.	Diferença no recolhimento do depósito recursal ...	533
1.6.8.2.10.	Isenção do depósito recursal	533
1.6.9.	Regularidade formal	535
1.7.	Juntada de documentos.....	536
1.8.	Efeitos recursais.....	536
1.8.1.	Efeito obstativo	536
1.8.2.	Efeito devolutivo.....	537
1.8.3.	Efeito suspensivo	539
1.8.4.	Efeito translativo.....	541
1.8.5.	Efeito regressivo	541
1.8.6.	Efeito expansivo.....	541
1.8.7.	Efeito substitutivo	542
1.9.	Remessa Necessária.....	542
2.	Recursos em espécie.....	545
2.1.	Embargos de declaração	545
2.1.1.	Introdução.....	545
2.1.2.	Competência	545
2.1.3.	Prazo para interposição	546
2.1.4.	Hipóteses de cabimento.....	546
2.1.5.	Pronunciamentos recorríveis.....	548
2.1.6.	Embargos de declaração com efeito modificativo.....	549
2.1.7.	Embargos de declaração contra decisão monocrática do relator	551
2.1.8.	Embargos de declaração protelatórios.....	552
2.1.9.	Embargos de declaração com efeitos prequestionatórios.....	553
2.2.	Recurso ordinário	554
2.2.1.	Introdução.....	554
2.2.2.	Hipóteses de cabimento.....	554
2.2.3.	Juízo de retratação	555
2.2.4.	Julgamento do mérito diretamente pelo tribunal.....	556
2.2.5.	Recurso ordinário no rito sumaríssimo.....	557
2.3.	Agravo de petição.....	557
2.3.1.	Agravo de petição no incidente de descon sideração da personalidade jurídica.....	560
2.4.	Recurso de revista	561
2.4.1.	Introdução.....	561
2.4.2.	Prazo	562
2.4.3.	Competência para julgamento	562

2.4.4.	Pressupostos específicos de admissibilidade.....	563
2.4.4.1.	Prequestionamento.....	563
2.4.4.2.	Transcendência.....	566
2.4.5.	Hipóteses de cabimento.....	567
2.4.5.1.	Divergência jurisprudencial.....	568
2.4.5.1.1.	Incidente de uniformização trabalhista.....	571
2.4.5.2.	Violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.....	574
2.4.6.	Rito sumaríssimo.....	575
2.4.7.	Fase de execução.....	576
2.4.8.	Quadro resumido das hipóteses de cabimento do recurso de revista.....	577
2.4.9.	Recurso de revista de causas repetitivas.....	577
2.4.9.1.	Introdução.....	577
2.4.9.2.	Requisitos.....	577
2.4.9.3.	Processamento.....	578
2.4.9.3.1.	Competência.....	578
2.4.9.3.2.	Proposta de afetação.....	579
2.4.9.3.3.	Decisão de afetação.....	580
2.4.9.3.4.	Suspensão de outros recursos.....	580
2.4.9.3.4.1.	Requerimento de não suspensão e prosseguimento do recurso.....	582
2.4.9.3.5.	Colheita de informações e parecer do Ministério Público do Trabalho.....	582
2.4.9.3.6.	Julgamento.....	584
2.4.9.3.7.	Efeito do julgamento para os processos futuros..	586
2.4.9.3.8.	Desistência da ação em curso no primeiro grau..	586
2.4.9.4.	Questão constitucional no julgamento dos recursos repetitivos.....	587
2.5.	Embargos no TST.....	587
2.5.1.	Introdução.....	587
2.5.2.	Embargos infringentes.....	588
2.5.3.	Embargos de divergência (embargos à SDI).....	589
2.5.3.1.	Introdução.....	589
2.5.3.2.	Prazo.....	589
2.5.3.3.	Competência para julgamento.....	589
2.5.3.4.	Prequestionamento.....	590
2.5.3.5.	Hipóteses de cabimento.....	590
2.5.3.6.	Embargos de divergência de decisão proferida em agravo..	591
2.5.3.7.	Embargos de divergência no rito sumaríssimo.....	592
2.5.3.8.	Embargos de divergência na fase executiva.....	593
2.5.3.9.	Antigo recurso de embargos de nulidade.....	593
2.6.	Agravo de instrumento.....	593
2.6.1.	Cabimento.....	593
2.6.2.	Prazo.....	596
2.6.3.	Competência.....	596
2.6.4.	Pressupostos recursais.....	596
2.6.4.1.	Formação do instrumento.....	597

2.6.5. Juízo de retratação	598
2.7. Agravo interno e regimental	598
2.7.1. Multa no agravo interno	600
2.8. Recurso extraordinário	602
2.8.1. Recurso extraordinário repetitivo	604
3. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	606
3.1. Microsistema de julgamentos de causas repetitivas	606
3.2. Natureza Jurídica	607
3.3. Cabimento e requisitos	607
3.4. Competência	608
3.5. Legitimidade	609
3.5.1. Desistência ou abandono	609
3.6. Procedimento	610
3.7. Meios de impugnação do julgamento do IRDR	612
4. Incidente de Assunção de Competência	613
4.1. Introdução	613
4.2. Cabimento	614
4.3. Competência	614
4.4. Legitimidade	615
4.5. Objetivos	615
4.6. Requisitos	615
4.7. Procedimento	616
4.8. Meios de impugnação do julgamento do incidente de assunção de competência	617
4.9. Diferenças entre o IRDR e o incidente de assunção de competência	618
4.10. Assunção de competência no TST	619
5. Reclamação	620
5.1. Introdução	620
5.2. Natureza Jurídica	621
5.3. Cabimento	621
5.4. Legitimidade	622
5.5. Procedimento	622
5.6. Recursos da decisão da reclamação	623
6. Reclamação correicional	624
7. Questões dissertativas e estudos de caso	625
8. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	628
Questões	
CAPÍTULO XVI	645
1. Questões com gabarito comentado	645
Capítulo XVII	
LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	653
1. Introdução	653
2. Modificação, inovação e discussão quanto à parte principal	654
3. Modalidades de liquidação	654
3.1. Liquidação por cálculos	654
3.1.1. Procedimento	655
3.2. Liquidação por arbitramento	656

3.3. Liquidação por artigos.....	657
4. Juros e correção monetária	657
4.1. Condenação em face da Fazenda Pública.....	659
4.1.1. Juros.....	659
4.1.2. Correção Monetária.....	660
5. Impugnação da decisão de liquidação.....	661
6. Questões dissertativas e estudos de caso	663
7. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	663

Capítulo XVIII

EXECUÇÃO TRABALHISTA.....	667
1. Introdução	667
2. Título executivo.....	668
2.1. Títulos judiciais.....	668
2.2. Títulos extrajudiciais	669
3. Execução provisória e definitiva.....	669
4. Competência.....	672
5. Legitimidade	672
5.1. Legitimidade ativa.....	672
5.1.1. Execução de ofício	673
5.2. Legitimidade passiva	676
6. Responsabilidade patrimonial	676
6.1. Responsabilidade do sucessor.....	679
6.2. Responsabilidade decorrente da terceirização.....	680
6.3. Responsabilidade do sócio.....	683
6.3.1. Desconsideração da personalidade jurídica	683
6.3.2. Responsabilidade do ex-sócio.....	686
6.3.3. Responsabilidade do Grupo Econômico.....	687
7. Fraude contra credores e fraude à execução.....	689
7.1. Fraude contra credores	689
7.2. Fraude à execução.....	689
7.2.1. Bens sujeitos a registro	692
7.3. Principais diferenças.....	693
8. Execução por quantia certa contra devedor solvente.....	693
8.1. Introdução	693
8.2. Citação.....	693
8.3. Medidas executivas indiretas para cumprimento voluntário da sentença condenatória.....	694
8.3.1. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas	697
8.3.2. Protesto.....	698
8.3.3. Inclusão do nome do executado em cadastro de inadimplentes (SE-RASAJUD).....	698
8.4. Nomeação de bens	699
8.5. Penhora	700
8.5.1. Depositário.....	703
8.5.2. Penhora em dinheiro.....	704
8.5.2.1. Bloqueio de contas bancárias (penhora <i>on-line</i>).....	705
8.5.2.2. Seguro-garantia judicial e fiança bancária	707

8.5.3.	Penhora de semoventes e de animais de estimação	708
8.5.4.	Penhora sobre parte da renda de estabelecimento comercial	710
8.5.5.	Penhora de direitos aquisitivos derivados de alienação fiduciária em garantia.....	711
8.5.6.	Penhora anterior à sucessão pela administração pública direta	712
8.5.7.	Bens impenhoráveis	712
8.5.8.	Impenhorabilidade da remuneração do executado.....	714
8.5.8.1.	Impenhorabilidade do bem de família	716
8.6.	Defesa na execução	718
8.6.1.	Embargos à execução	718
8.6.1.1.	Natureza Jurídica	718
8.6.1.2.	Prazo	719
8.6.1.3.	Competência.....	720
8.6.1.4.	Matérias passíveis de alegação (objeto)	720
8.6.1.5.	Efeito Suspensivo dos embargos.....	721
8.6.1.6.	Procedimento.....	722
8.6.2.	Exceção de pré-executividade.....	723
8.6.3.	Impugnação à decisão de liquidação.....	723
8.6.4.	Embargos de terceiros.....	724
8.6.4.1.	Generalidades	724
8.6.4.2.	Prazo	725
8.6.4.3.	Competência.....	725
8.7.	Prescrição intercorrente	726
8.8.	Expropriação de bens.....	728
8.8.1.	Adjudicação.....	728
8.8.2.	Arrematação	729
8.8.2.1.	Introdução	729
8.8.2.2.	Legitimidade	730
8.8.2.3.	Publicidade.....	731
8.8.2.4.	Lance	731
8.8.2.5.	Pagamento.....	732
8.8.2.6.	Pagamento parcelado	733
8.8.2.6.1.	Proposta de pagamento parcelado do bem arrematado pelo interessado.....	733
8.8.2.6.2.	Requerimento de pagamento parcelado do débito pelo executado.....	735
8.8.3.	Meios de impugnação da expropriação	736
8.9.	Esquema da execução contra devedor solvente	738
8.10.	Remição da execução	738
8.11.	Execução de prestações sucessivas	740
9.	Execução de obrigação de fazer e de não fazer	740
9.1.	Título judicial	740
9.2.	Título extrajudicial.....	742
10.	Execução de contribuições previdenciárias	743
11.	Execução contra a massa falida.....	748
12.	Execução contra a fazenda pública	749
12.1.	Introdução	749
12.2.	Precatório.....	752

12.2.1. Ordem preferencial.....	753
12.2.2. Preterição e não inclusão no orçamento.....	755
12.3. Requisição de pequeno valor.....	755
13. Questões dissertativas e estudos de caso	757
14. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	759
Questões	
CAPÍTULOS XVII E XVIII	763
1. Questões com gabarito comentado	763
2. Questões de concursos	767
3. Gabarito.....	767
Capítulo XIX	
DISSÍDIO COLETIVO	769
1. Conceito.....	769
2. Classificação	770
3. Poder normativo	771
3.1. Limites	771
3.1.1. Limite mínimo.....	771
3.1.2. Limite máximo	772
4. Competência.....	773
4.1. Dissídio coletivo de greve de servidor público	773
5. Legitimidade	774
6. Pressupostos processuais específicos.....	775
6.1. Negociação prévia.....	775
6.2. Autorização em assembleia.....	776
6.3. Comum acordo.....	776
6.4. Época própria para ajuizamento.....	777
6.5. Fundamentação das cláusulas reivindicadas	778
6.6. Cumprimento do estatuto do sindicato	778
7. Procedimento	778
8. Sentença normativa.....	779
8.1. Conceito e natureza jurídica.....	779
8.2. Início da vigência	780
8.3. Prazo de vigência.....	780
8.4. Extensão	780
9. Coisa julgada	782
10. Recursos	782
10.1. Efeito suspensivo	782
11. Dissídio revisional	783
12. Dissídio coletivo na administração pública	783
13. Ação de cumprimento	784
13.1. Natureza jurídica.....	784
13.2. Cabimento	785
13.3. Competência	785
13.4. Legitimidade.....	785
13.5. Momento do ajuizamento.....	786
13.6. Prescrição.....	786
13.7. Objeto.....	786

13.8. Coisa julgada	786
14. Questões dissertativas e estudos de caso	787
15. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	788
Questões	
CAPÍTULO XIX.....	791
1. Questões com gabarito comentado	791
Capítulo XX	
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	793
1. Inquérito para apuração de falta grave	793
1.1. Cabimento	793
1.2. Prazo para propositura	794
1.3. Procedimento	795
1.4. Efeitos da sentença.....	795
2. Ação Civil Pública	796
2.1. Introdução	796
2.2. Cabimento	796
2.3. Interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	797
2.4. Competência	799
2.5. Legitimidade.....	801
2.6. Litisconsórcio.....	802
2.7. Objeto.....	803
2.8. Tutelas de urgência	804
2.9. Prescrição	805
2.10. Litispendência	806
2.11. Instrução.....	807
2.12. Sentença	808
2.13. Coisa julgada	808
2.13.1. Interesses ou direitos difusos e coletivos	809
2.13.2. Interesses ou direitos individuais homogêneos	811
2.13.3. Esquema.....	813
2.14. Despesas processuais e honorários advocatícios	813
3. Ação rescisória	814
3.1. Introdução	814
3.2. Competência	814
3.3. Legitimidade.....	817
3.4. Pressuposto da ação rescisória	818
3.4.1. Trânsito em julgado	819
3.4.2. Decisão de mérito ou decisão que, embora não seja de mérito, impeça nova propositura da demanda ou a admissibilidade do recurso correspondente	820
3.5. Prazo para ajuizamento.....	823
3.5.1. Recurso parcial	824
3.5.2. Acordo homologado judicialmente	825
3.6. Hipóteses de cabimento	826
3.6.1. Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz	828
3.6.2. Impedimento do juiz ou incompetência absoluta do juízo	828

3.6.3.	Dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida e simulação ou colusão entre as partes para fraudar a lei.....	829
3.6.4.	Ofensa à coisa julgada.....	831
3.6.5.	Violação manifesta de norma jurídica.....	833
3.6.6.	Prova falsa.....	836
3.6.7.	Obtenção de prova nova.....	836
3.6.8.	Erro de fato.....	837
3.7.	Juízo rescindendo e juízo rescisório.....	839
3.8.	Valor da causa.....	839
3.9.	Depósito prévio.....	840
3.10.	Procedimento.....	841
3.11.	Honorários advocatícios.....	842
3.12.	Recurso.....	842
3.13.	Ação rescisória de ação rescisória.....	843
3.14.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	843
4.	Mandado de segurança.....	856
4.1.	Conceito.....	856
4.2.	Legitimidade.....	856
4.2.1.	Legitimidade ativa.....	856
4.2.2.	Legitimidade passiva.....	857
4.3.	Competência.....	858
4.4.	Modalidades.....	858
4.5.	Cabimento.....	859
4.6.	Ato ilegal ou abuso de poder.....	860
4.7.	Direito líquido e certo.....	860
4.8.	Prazo para impetração.....	862
4.9.	Petição inicial.....	863
4.10.	Despacho da petição inicial.....	864
4.11.	Informações da autoridade coatora.....	864
4.12.	Parecer do Ministério Público.....	865
4.13.	<i>Jus postulandi</i>	865
4.14.	Honorários advocatícios.....	865
4.15.	Recurso.....	865
4.16.	Reexame necessário.....	866
4.17.	Mandado de segurança coletivo.....	866
4.18.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST.....	867
5.	Consignação em Pagamento.....	872
5.1.	Cabimento.....	872
5.2.	Objeto.....	872
5.3.	Competência.....	873
5.4.	Legitimidade.....	873
5.5.	Procedimento.....	873
6.	Ação monitória.....	874
6.1.	Conceito.....	874
6.2.	Aplicação ao processo do trabalho.....	875
6.3.	Procedimento.....	875
7.	Questões dissertativas e estudos de caso.....	878

Questões

CAPÍTULO XX	881
1. Questões com gabarito comentado	881

Capítulo XXI

INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL	887
1. Introdução	887
2. Sistema de peticionamento eletrônico	889
3. Processo judicial eletrônico	890
3.1. Introdução	890
3.2. Assinatura digital.....	891
3.3. Usuários.....	893
3.3.1. Responsabilidade do usuário	896
3.3.2. Uso inadequado do sistema.....	896
3.4. Disponibilidade e indisponibilidade do sistema.....	896
3.5. Recebimento de arquivos.....	898
3.6. Documentos.....	899
3.6.1. Prazo de preservação dos originais dos documentos digitalizados...	901
3.7. Consulta.....	901
3.7.1. Segredo de Justiça e do Sigilo	902
3.8. Atos processuais	902
3.8.1. Intimação, citação ou notificação	902
3.8.2. Prazos processuais	903
3.8.2.1. Data da intimação e contagem dos prazos processuais	904
3.8.2.2. Suspensão	905
3.8.3. Juntada de petições.....	905
3.8.3.1. Petição inicial	906
3.8.3.2. Resposta do réu.....	907
3.8.4. Audiência.....	908
3.8.5. Carta precatória.....	908
3.8.6. Autos suplementares no segundo grau.....	909
3.9. Administração do sistema	909
3.9.1. Comitê gestor nacional do PJe (CGNPJe) instalado na Justiça do Trabalho	909
3.9.1.1. Coordenação Nacional Executiva do PJe (CNEPJe).....	910
3.9.2. Comitês gestores regionais (CGRPJe).....	911
3.9.3. Administrador do sistema	913
3.9.4. Equipe de teste.....	914
4. Questões Dissertativas e Estudos de Caso	915

Questões

CAPÍTULO XXI	917
1. Questões com gabarito comentado	917

BIBLIOGRAFIA	919
---------------------------	------------